

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2016**

**(Do Sr. Fausto Pinato)**

Estabelece prazo para a realização de cirurgias de gastroplastia e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece prazo para a realização de cirurgias de gastroplastia e dá outras providências.

Parágrafo único. As cirurgias a que se refere o *caput* também são conhecidas como: cirurgia bariátrica, cirurgia da obesidade ou cirurgia de redução do estômago.

Art. 2º As cirurgias referidas no art. 1º, ainda que consideradas eletivas, no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde – e dos planos de saúde, regidos pela Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, deverão se realizar dentro do prazo máximo de 60 (sessenta dias), contados da data de sua indicação médica.

Parágrafo único. Nos casos em que a situação concreta recomendar, a cirurgia deverá se realizar em prazo menor, fixado pelo médico responsável pelo paciente.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará os gestores direta e indiretamente responsáveis por sua execução e regulação às penalidades administrativas previstas em lei e regulamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta dias) após a data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A gastroplastia, cirurgia bariátrica e metabólica – também conhecida como cirurgia da obesidade, ou, popularmente, redução de estômago – reúne técnicas com respaldo científico destinadas ao tratamento da obesidade e das doenças associadas ao excesso de gordura corporal ou agravadas por ele.

A cirurgia adquiriu enorme importância no tratamento de doenças causadas, agravadas ou cujo tratamento/controle é dificultado pelo excesso de peso ou facilitado pela perda de peso – como o diabetes e a hipertensão.

De fato, a obesidade tem evoluído de forma preocupante no Brasil. Há cerca de 5 anos o Ministério da Saúde divulgou pesquisa revelando que quase metade da população brasileira estava, então, acima do peso. Segundo o estudo, 42,7% da população estava nessa condição no ano de 2006. Em 2011, esse número passou para 48,5%. O levantamento foi feito a partir de dados coletados em 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal.

A obesidade mórbida é quando o IMC (Índice de Massa Corporal) é maior ou igual a 40 kg/m<sup>2</sup>, que corresponde a um tipo de obesidade classificada como grau 3. A este nível o excesso de peso coloca em risco a vida e, muitas vezes, as recomendações feitas no acompanhamento médico e nutricional para obter a redução de peso são infrutíferas e, em alguns casos, pode ser preciso fazer uma cirurgia de redução de estômago.

Verifica-se, contudo, que, nesses casos extremos, tanto o setor público quanto os planos de saúde, sujeitam o cidadão com indicação para a indigitada cirurgia a uma longa espera, aumentando, desse modo, sobremaneira o risco de agravamento das comorbidades amiúde verificadas.

Não se concebe, assim, que quadros que podem evoluir de forma grave, levando, inclusive, ao êxito letal, sejam objeto de postergações e adiamentos incompreensíveis.

Propomos, então, que seja estabelecido o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para a realização das cirurgias em tela, a partir da indicação médica.

Temos a certeza que a adoção dessa medida em muito contribuirá para a melhoria da saúde e da qualidade de vida de parte substancial de nossa população.

Isto posto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares em ambas as Casas do Congresso Nacional com vistas à aprovação de matéria tão relevante.

Sala das Sessões, em            de            de 2016.

**Deputado FAUSTO PINATO**  
**PP/SP**